



Demonstrações Financeiras / Junho 2015



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



CAPITAL



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos e veículos produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board*, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. A descrição dessas estruturas e relatórios estão disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br.

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que se subordina diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A..

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de *Funding* o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes a: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

D) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive às decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%.

Em 30 de junho de 2015, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 17,88%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Junho 2015
Patrimônio de referência nível I	<u>1.230.352,09</u>
Capital principal	1.230.352,09
Patrimônio líquido	1.233.078,71
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	(2.726,61)
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de nível II	0,00
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Divida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.230.352,09
Risco de crédito	6.127.447,68
Risco de mercado	27.765,74
Risco operacional	501.977,76
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	6.657.191,18
Patrimônio de referência exigido (RWA)	<u>6.629.425,44</u>
- Índice de Basileia	18,56
- Índice de Basileia Amplio (inclui RBAN)	17,88
Capital nível I	18,56
Capital principal	18,56
Capital nível II	0,00
Margem (PR - PRE - RBAN)	473.349,56
GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.	
As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsável pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de <i>Funding</i> : Desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado, que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Finanças, empresa do grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário-base e ao teste de stress.	
OUVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.	
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 52,14% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 15,12% ao segmento de construção e 9,84% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 22,90% do portfólio.	
Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 68,47% do total de financiamentos da carteira.	
O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 73.343 milhões por lote de mil ações.	
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão, considerando honoras e <i>off-book</i> , era de R\$ 258.773 milhões, representando 4,07% do valor da carteira de operações de crédito.	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Notas	2015	2014
CIRCULANTE		<u>4.416.036</u>	<u>4.021.243</u>
Disponibilidades	4	19.864	33.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.427.770	965.979
Aplicações no mercado aberto		792.399	815.096
Aplicações em depósitos interfinanceiros		635.371	150.883
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	1.186	521
Instrumentos financeiros derivativos		1.186	521
Operações de crédito	6.a	2.740.979	2.427.590
Operações de crédito:			
Setor privado	6.c	2.887.872	2.556.410
Provisão para perdas em operações de crédito		(146.893)	(128.820)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(1.951)	(2.693)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		28.735	36.781
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(28.030)	(36.015)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(2.656)	(3.459)
Outros créditos		194.248	567.527
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	2.418	8.834
Diversos	7.a	215.912	572.566
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(24.082)	(13.873)
Outros valores e bens		33.940	29.033
Outros valores e bens		36.495	31.635
Provisão para desvalorizações		(4.841)	(5.790)
Despesas antecipadas		2.286	3.188
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>3.285.380</u>	<u>2.583.360</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.317	3.145
Instrumentos financeiros derivativos	21	2.317	3.145
Operações de crédito	6.a	3.096.543	2.389.307
Operações de crédito:			
Setor privado	6.c	3.178.646	2.485.385
Provisão para perdas em operações de crédito		(82.103)	(96.078)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(696)	(1.927)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		16.677	30.955
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(16.677)	(30.955)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(696)	(1.927)
Outros créditos		187.216	192.835
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	608	416
Diversos	7.a	186.773	192.440
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(165)	(21)
PERMANENTE		<u>89.655</u>	<u>125.039</u>
Investimentos		525	628
Outros investimentos		1.032	1.135
Provisão para perdas		(507)	(507)
Imobilizado de uso		3.542	4.017
Outras imobilizações de uso		9.061	8.808
Depreciações acumuladas		(5.519)	(4.791)
Imobilizado de arrendamento	8.a	63.401	93.337
Bens arrendados		114.560	140.349
Superveniência de depreciação		28.381	34.498
Depreciações acumuladas		(79.540)	(81.510)
Diferido		2.726	2.956
Gastos de organização e expansão		5.874	5.484
Amortização acumulada		(3.148)	(2.528)
Intangível	8.b	19.461	24.101
Ativos intangíveis		27.796	27.065
Amortização acumulada		(8.335)	(2.964)
Total		<u>7.791.071</u>	<u>6.729.642</u>

PASSIVO	Notas	2015	2014
CIRCULANTE		<u>2.640.694</u>	<u>1.443.291</u>
Depósitos	9	206.420	142.858
Depósitos interfinanceiros		-	51.600
Depósitos a prazo		206.420	91.258
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	1.208.168	151.714
Obrigação por emissão de letras financeiras		1.208.168	151.714
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.130.500	856.973
Repasses do país - instituições oficiais		1.130.500	856.973
Instrumentos financeiros derivativos	21	6.711	297
Instrumentos financeiros derivativos		6.711	297
Outras obrigações		88.895	291.449
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		365	44
Socials e estatutárias		4.091	4.070
Fiscais e previdenciárias	7.b	24.641	31.486
Diversas	7.a	59.798	255.849
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>3.738.089</u>	<u>3.962.239</u>
Depósitos	9	497.980	511.207
Depósitos a prazo		497.980	511.207
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	90.037	1.011.069
Obrigação por emissão de letras financeiras		90.037	1.011.069
Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.075.212	2.352.382
Repasses do país - instituições oficiais		3.075.212	2.352.382
Instrumentos financeiros derivativos	21	1	3.724
Instrumentos financeiros derivativos		1	3.724
Outras obrigações		74.859	83.857
Fiscais e previdenciárias	7.b	50.318	50.730
Diversas	7.a	24.541	33.127
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	179.209	160.146
Resultados de exercícios futuros		179.209	160.146
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	<u>1.233.079</u>	<u>1.163.966</u>
Capital - de domiciliados no exterior		885.597	885.597
Capital - de domiciliados no País		5.986	5.986
Reserva de capital		113.908	113.908
Reserva de lucros		226.212	157.351
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		1.376	1.124
Total		<u>7.791.071</u>	<u>6.729.642</u>

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais, exceto pelo lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Notas	1º semestre 2015	1º semestre 2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		405.466	330.593
Operações de crédito	6.a	310.020	247.861
Operações de arrendamento mercantil	6.b	18.568	27.116
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	69.776	37.091
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(5.949)	(1.105)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		13.051	19.630
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(236.769)	(111.945)
Captações no mercado	9	(123.942)	(88.572)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(36.092)	(24.861)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(14.668)	(22.096)
Provisão para perdas com créditos		(62.067)	23.584
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		168.697	218.648
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(66.325)	(84.285)
Receitas de prestação de serviços		4.961	4.517
Despesas de pessoal		(21.805)	(21.781)
Resultado de participação em controlada		-	4
Outras despesas administrativas	15	(39.520)	(25.391)
Despesas tributárias		(11.761)	(8.033)
Outras receitas operacionais	16	11.993	3.972
Outras despesas operacionais	17	(10.193)	(37.573)
RESULTADO OPERACIONAL		102.372	134.363
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(29)	191
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		102.343	134.554
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(25.436)	(54.268)
Imposto de renda corrente		(25.140)	(25.795)
Contribuição social corrente		(15.096)	(15.271)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.800	(13.202)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(3.564)	(1.789)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>73.343</u>	<u>78.497</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>82,26</u>	<u>88,04</u>

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
1 - RECEITAS	361.766	363.907
Intermediação financeira	405.466	330.593
Prestação de serviços	4.961	4.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.067)	23.584
Outras receitas operacionais	11.993	3.976
Outras receitas não operacionais	1.413	1.137
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(174.702)	(135.529)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(47.418)	(60.404)
Materiais, energia e outros	(256)	(207)
Serviços de terceiros	(2.233)	(2.892)
Outras despesas administrativas	(33.293)	(18.786)
Outras despesas operacionais	(10.193)	(37.573)
Outras despesas não operacionais	(1.443)	(946)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	139.646	167.874
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.305)	(3.149)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	136.341	164.725
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	136.341	164.725
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	21.937	20.003
Remuneração direta	17.767	16.155
Benefícios	2.564	2.523
F.G.T.S.	1.606	1.325
Impostos, taxas e contribuições	40.629	65.868
Federais	39.504	65.138
Estaduais	71	77
Municipais	1.054	653
Remuneração de capitais de terceiros	432	357
Aluguéis	432	357
Remuneração de capitais próprios	73.343	78.497
Juros sobre o capital próprio	67.548	-
Lucro líquido	5.795	78.497
Total	<u>136.341</u>	<u>164.725</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	73.343	78.497
Ajustes ao lucro líquido	77.217	27.508
Depreciações e amortizações	3.305	3.149
Depreciação de arrendamento mercantil	14.110	21.403
Superveniência de depreciação	2.879	2.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	62.067	(23.584)
Provisão para desvalorização - bens não de uso	(1.021)	(1.059)
Provisão para contingências	1.604	10.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.800)	13.202
Aumento em resultados de exercícios futuros	9.946	3.036
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(873)	(1.198)
Variação em ativos e passivos:	(611.955)	553.736
Redução / (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.355	-
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	-	54
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	300.144	43.920
Redução / (aumento) em outros créditos	92.938	(4.889)
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(34)	(1.529)
Redução / (aumento) em depósitos	6.121	(336.655)
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	172.657	208.219
Redução / (aumento) em outras obrigações	747	226.704
Redução em captação no mercado aberto	38.027	417.912
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(762.515)	659.741

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	25	(1.598)
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	(1.997)	(8.952)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(2.544)	1.258
Alienação / (aquisição) de investimentos	12	(2)
Aplicação / (baixa) no ativo diferido	(363)	(810)
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(11)	(1.126)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(4.878)	(11.230)

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(67.548)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(67.548)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	690.089	648.511
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	757.545	350.754
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.447.634	999.265
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	690.089	648.511

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.583	-	113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(1.198)	-	(1.198)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	78.497	78.497
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	3.925	-	(3.925)	-
Reservas outras		-	-	-	74.572	-	(74.572)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		891.583	-	113.908	157.352	1.124	-	1.163.966
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		891.583	-	113.908	220.417	2.249	-	1.228.157
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(873)	-	(873)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	73.343	73.343
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	290	-	(290)	-
Reservas outras		-	-	-	5.505	-	(5.505)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(67.548)	(67.548)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		891.583	-	113.908	226.212	1.376	-	1.233.079

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria Financeira do Banco foi dada em 12 de agosto de 2015. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (f) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (g) CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- I. Das transações que não envolvem caixa;
- II. De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- III. De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação e;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2015.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	19.864	33.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.427.770	965.979
Total	1.447.634	999.265

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2015	2014
Título	Circulante até 3 meses	Circulante até 3 meses
Aplicações em depósitos interfinanceiros	635.371	150.883
Operações compromissadas	792.399	815.096
Total	1.427.770	965.979

Em 30 de junho de 2015, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 69.776 (R\$ 37.091 em 2014).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2015	2014
CIRCULANTE		
Repasse no País - BNDES FINAME	804.342	586.671
Empréstimos e financiamentos	2.083.530	1.969.739
Provisão para perdas em operações de crédito	(146.893)	(128.820)
Subtotal	<u>2.740.979</u>	<u>2.427.590</u>

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Repasse no País - BNDES FINAME	2.231.079	1.720.472
Empréstimos e financiamentos	947.567	764.913
Provisão para perdas em operações de crédito	(82.103)	(96.078)
Subtotal	<u>3.096.543</u>	<u>2.389.307</u>
Total	<u>5.837.522</u>	<u>4.816.897</u>

Em 30 de junho de 2015, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 310.020 (R\$ 247.861 em 2014).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

	2015	2014
Arrendamentos a receber	45.412	67.736
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(44.707)	(66.970)
Bens arrendados (Nota 8.a)	114.560	140.349
Superveniência de depreciação (Nota 8.a)	28.381	34.498
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a)	(79.540)	(81.510)
Perda em arrendamento a amortizar	2.402	1.786
Amortização acumulada do diferido	(2.039)	(1.472)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a)	(24.020)	(33.887)
Total	<u>40.449</u>	<u>60.530</u>

Em 30 de junho de 2015, o Banco apurou receitas com operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 18.568 (R\$ 27.116 em 2014) e despesas com arrendamento mercantil, no montante de R\$ 14.668 (R\$ 22.096 em 2014). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 3.352 (R\$ 5.386 em 2014).

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

o) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2015	2014
SETOR PRIVADO		
Rural	3.035.421	2.307.143
Comércio	1.088.415	1.350.396
Serviços	1.168.774	941.671
Pessoa física	960.316	1.006.746
Total da carteira	6.252.926	5.605.956
CIRCULANTE		
Operações de crédito	2.887.872	2.556.410
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	25.595	32.883
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7.a)	142.933	494.381
Créditos por avais e fianças honrados	2.418	8.834
Subtotal	3.058.818	3.092.508
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	3.178.646	2.485.385
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	14.854	27.647
Créditos por avais e fianças honrados	608	416
Subtotal	3.194.108	2.513.448
Total da carteira	6.252.926	5.605.956

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

Nível de risco	2015				2014			
	Em curso normal	Provisões	Vencidos	Total	Total	Total	Total	
AA	648.698	-	-	648.698	-	467.674	-	
A	2.286.774	11.434	-	2.286.774	11.434	1.948.054	9.740	
B	1.278.506	12.785	97.825	1.376.331	13.763	1.691.396	16.914	
C	863.671	25.910	160.335	1.024.006	30.720	976.147	29.284	
D	525.148	52.515	112.090	637.238	63.724	344.877	34.487	
E	114.890	34.467	46.178	13.853	161.068	6.149	1.845	
F	24.258	12.129	20.667	10.334	44.925	22.463	36.062	
G	8.992	6.295	16.723	11.706	25.715	18.001	5.733	
H	12.615	12.615	35.556	35.556	48.171	129.864	129.864	
Total	5.763.552	168.150	489.374	6.252.926	256.596	5.605.956	244.178	

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	2015		2014	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	15.799	-	29.204	-
A	51.360	257	92.249	461
B	26.771	268	110.564	1.105
C	13.890	417	27.457	824
D	2.958	295	7.163	716
E	202	60	159	48
F	-	-	22	11
G	144	101	297	208
H	779	779	3.642	3.642
Total	111.903	2.177	270.757	7.015

f) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 30 de junho de 2015, as cobranças e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 11.190,3 (R\$ 270.757 em 2014). O valor total das garantias prestadas recompradas, referentes a estas operações de repasse vencidas, montavam R\$ 3.026 em 30 de junho de 2015 (R\$ 9.250 em 2014), e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 30 de junho de 2015, o Banco possui provisão no montante de R\$ 2.177 (R\$ 7.015 em 2014), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 24.247 (R\$ 13.894 em 2014) registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

Em 30 de junho de 2015, não havia garantias prestadas na modalidade de Carta de Fiança bancária a concessionários Iveco. Em 30 de junho de 2014, estas garantias montavam R\$ 72.400 e possuíam provisão no montante de R\$ 811.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º semestre de 2015		1º semestre de 2014	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	3.002	220.689	12.468	295.229
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(825)	62.892	(5.453)	(18.131)
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(26.985)	-	(32.920)
Saldo final	<u>2.177</u>	<u>256.596</u>	<u>7.015</u>	<u>244.178</u>

Os créditos recuperados no semestre somaram R\$ 19.343 (R\$ 30.187 em 2014) e os créditos renegociados somaram R\$ 7.331 (R\$ 24.408 em 2014).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.a. Diversos

	2015	2014
Outros créditos - Circulante		
Títulos e créditos a receber (a) (Nota 6.c)	142.933	35.064
Créditos tributários (Nota 13.c)	31.938	10.980
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18)	23.893	494.381
Imposto a compensar	12.831	24.312
Outros	4.317	7.829
Total	215.912	572.566
Outros créditos - Longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	182.972	187.835
Devedores de depósito em garantia	3.801	4.605
Total	186.773	192.440
Outras obrigações - Circulante		
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	28.040	39.284
Credores por antecipação de valor residual em garantia (Nota 6.b)	15.199	18.401
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	1.421	4.570
Despesas de pessoal	4.317	4.447
Outras despesas administrativas	4.759	4.234
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 18)	4.680	184.007
Provisão para pagamentos a efetuar	1.382	906
Total	59.798	255.849
Outras obrigações - Longo prazo		
Credores por antecipação de valor residual de garantia (Nota 6.b)	8.821	15.486
Provisão para contingências cíveis (Nota 20)	7.413	9.229
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 20)	7.551	5.967
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	756	2.445
Total	24.541	33.127

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes, parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 30 de junho de 2015. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

7.b. Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Fiscais e previdenciárias - Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	24.641	31.486
Total	24.641	31.486

	2015	2014
Fiscais e previdenciárias - Longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.c)	12.816	14.887
Provisão para contingências fiscais (Nota 20)	37.502	35.843
Total	50.318	50.730

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

8.a. Imobilizado

	2015	2014
Veículos e afins (Nota 6.b)	114.560	140.349
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	28.381	34.498
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(79.540)	(81.510)
Total	63.401	93.337

	2015	2014
Movimentação da superveniência de depreciação		
Saldo inicial	32.093	36.797
Insuficiência de depreciação do período	(3)	(993)
Prejuízo do período	(3.709)	(1.306)
Saldo final	<u>28.381</u>	<u>34.498</u>

No semestre, foram registrados R\$ 3 de insuficiência de depreciação (R\$ 993 de insuficiência de depreciação em 2014) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

8.b. Intangível

	2015	2014
Intangível	27.796	27.065
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(8.335)	(2.964)
Total	19.461	24.101

	2015	2014
Movimentação da amortização		
Saldo inicial	(5.624)	(364)
Amortização do período	(2.711)	(2.600)
Saldo final	<u>(8.335)</u>	<u>(2.964)</u>

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A., com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. Depósitos

Título	2015				Total	2014
	Circulante	Exigível a longo prazo		Total		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
CDI	-	-	-	-	-	51.600
CDB (*)	40.227	166.193	108.903	389.077	704.400	602.465
Total	40.227	166.193	108.903	389.077	704.400	654.065

A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no ano foi de 97,58% do CDI (96,98% em 2014). Em 30 de junho de 2015, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 123.942 (R\$ 88.572 em 2014).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2015				Total	2014
	Circulante	Exigível a longo prazo		Total		
			1 a 3 anos	3 a 5 anos		
LCA	67.367	-	-	906	68.273	99.078
LF	1.140.801	-	-	89.131	1.229.932	1.063.705
Total	1.208.168	-	-	90.037	1.298.205	1.162.783

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 100,99% do CDI (101,90% em 2014).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 30 de junho de 2015 o saldo de R\$ 1.130.500 e R\$ 3.075.212 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 856.973 e R\$ 2.352.382 em 2014, respectivamente) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2024 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano. Em 30 de junho de 2015, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 36.092 (R\$ 24.861 em 2014).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 179.209 em 30 de junho de 2015 (R\$ 160.146 em 2014), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado e IRPJ e CSLL

	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	98.779	132.765
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(39.512)	(53.106)

	2015	2014
Efeito das exclusões / adições permanentes / temporárias:	14.076	(1.162)
Efeito de outras exclusões / adições do semestre	(47)	(287)
Efeito da adição de juros sobre o capital próprio do semestre	(12.896)	-
Ajustes de anos anteriores	-	(875)
Efeito dos juros sobre o capital próprio	27.019	-
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferidos	(25.436)	(54.268)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	Saldos em 30/06/2015	Saldos em 30/06/2014
Provisão para perdas com créditos (a)	139.056	153.420
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.434	1.500
Provisão para contingências	3.097	3.072
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.936	2.316
COFINS Lei nº 9.718/98	55.218	47.580
Outros	14.169	15.011
Total do crédito tributário	<u>214.910</u>	<u>222.899</u>
Superveniência de depreciação	(11.352)	(13.799)
Ajuste ao valor de mercado	(1.464)	(1.088)
Subtotal	<u>(12.816)</u>	<u>(14.887)</u>
Créditos tributários - líquidos	<u>202.094</u>	<u>208.012</u>

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 139.056 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários, registrados em 30 de junho de 2015, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
2014	-	17.532
2015	15.970	35.064
2016	31.938	82.643
2017	31.938	35.064
2018	87.157	35.064
2019	31.938	17.532
2020	15.969	-
Total	214.910	222.899

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 136.624 (R\$ 157.961 em 2014).

d) Lei nº 12.973/14

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973/14, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que refere-se ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973/14 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

Em 2014 o Banco optou pela não adoção antecipada da Lei nº 12.973/14, atendendo a obrigatoriedade a partir de janeiro de 2015.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 477.107.338 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, 408.489.345 ações pertencentes à CNH Industrial Capital UK Limited com sede no Reino Unido, e 5.986.087 ações da CNH Industrial Latin America Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros - outros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 30 de junho de 2015, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 5.795, com a utilização de parte do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de Reserva Legal de 5% sobre a Reserva de Lucros, no montante de R\$ 290, totalizando o saldo de R\$ 226.212.

d) Juros sobre o capital próprio

O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 67.548, sendo o valor líquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R\$ 57.416. O referido pagamento foi realizado proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(8.075)	(6.879)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(2.787)	(2.964)
Despesas de processamento de dados	(2.776)	(2.669)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.340)	(1.982)
Despesas de viagens e transportes	(1.256)	(2.346)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(14.741)	(1.660)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(1.756)	(1.420)
Despesas de amortização e depreciação	(3.305)	(3.149)
Despesas de comunicações	(333)	(248)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(206)	(171)
Outras despesas administrativas	(1.945)	(1.903)
Total	(39.520)	(25.391)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 4.843 (R\$ 3.205 em 2014), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R\$ 2.889 (R\$ 3.049 em 2014) e outros prestadores de serviços.

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança no montante de R\$ 1.988 (R\$ 2.017 em 2014), e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 799 (R\$ 1.358 em 2014).

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas no montante de R\$ 13.403 (R\$ 876 em 2014).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Outras rendas operacionais	2.288	2.303
Recuperação de encargos e despesas	9.705	1.669
Total	11.993	3.972

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Despesas de fianças bancárias (a)	(5.508)	(8.233)
Despesas com provisão para contingências (c)	(1.604)	(10.355)
Despesas descontos concedidos em renegociações (b)	(24)	(17.001)
Despesas de vistorias de bens financiados	(706)	(313)
Despesas de comissões	(206)	(153)
Outras despesas operacionais	(2.145)	(1.518)
Total	(10.193)	(37.573)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

(b) O valor refere-se a despesas com descontos concedidos em negociações para clientes em atraso.

(c) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre de 2015		1º semestre de 2014	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(646)	(5.515)	(46.279)	(11.334)
Fiat Automóveis S.A.	(336)	(4)	(313)	(16)
Fiat do Brasil S.A.	(265)	(3)	(1.112)	(54)
CNH Latin America Ltda.	(34)	-	(23.657)	(2.318)
CNH Administração Ltda.	-	-	(124)	(6)
Iveco Latin America Ltda.	-	(828)	(21.063)	(1.941)
Demais empresas	(11)	-	(10)	(1)
CNH Industrial N.V.	-	(4.680)	-	(6.998)
Serviços prestados	(306)	(1.846)	(302)	(1.846)
Fiat Finanças S.A.	(280)	(1.706)	(280)	(1.706)
Fiat do Brasil Ltda.	(26)	(140)	(22)	(140)
Outros créditos e obrigações	19.213	23.893	(159.629)	(8.233)
CNH Industrial N.V.	(4.680)	-	(87.545)	(8.233)
Iveco Latin America Ltda.	-	-	(96.462)	-
CNH Latin America Ltda.	23.893	23.893	24.312	-
Fiat Automóveis S.A.	-	-	(140)	-
Banco FIDIS S.A.	-	-	206	-

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

São ações de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada semestre, e totalizaram R\$ 1.051 (R\$ 1.329 em 2014).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 37.502 (R\$ 35.843 em 2014), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 7.413 (R\$ 9.229 em 2014) e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 7.551 (R\$ 5.967 em 2014).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- COFINS: Representados por R\$ 27.507, o Banco CNH Industrial Capital S.A. pleiteia restituir a COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º), quanto à incidência desse imposto apenas sobre as receitas com vendas de mercadorias e receitas de prestação de serviços, afastando-se assim, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida.
- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 9.995 decorrente de riscos fiscais. A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda.
- ISS: as ações referentes ao indeferimento do auto de infração em razão da prestação de serviços de vistoria em contratos de FINAME, diante da falta de previsão do serviço na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68, e Lei Complementar nº 116/03, foram liquidadas no semestre. Em 2014, representavam o montante de R\$ 1.523.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações judiciais movidas de caracteres pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 7.551 (R\$ 5.967 em 2014) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - Diversos - Provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caracteres indenizatórios e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 7.413 (R\$ 9.229 em 2014) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - Diversos - Provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2014	37.039	7.329	7.860	52.228
Constituição/reversão	1.360	438	(173)	1.625
Atualização monetária	36	3	7	46
Baixas por pagamento	(933)	(219)	(281)	(1.433)
Saldo final em 30/06/2015	<u>37.502</u>	<u>7.551</u>	<u>7.413</u>	<u>52.466</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	30/06/2015			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	104.309	1.185	3.479	2.294
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	(4.640)	(6.688)	(2.048)
Total	<u>419.309</u>	<u>(3.455)</u>	<u>(3.209)</u>	<u>246</u>

	30/06/2014			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	170.126	(642)	1.231	1.873
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	1.132	(1.586)	(2.718)
Total	<u>485.216</u>	<u>490</u>	<u>(355)</u>	<u>(845)</u>

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(**) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
 Curitiba - PR - Brasil
 Fone: (0xx41) 2107-7035
 Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2015	1.164	2.316	(1)	3.479
30/06/2014	224	1.251	(244)	1.231

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de swap de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de hedge. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas. A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado. Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VaR ("Value at Risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco. Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários
 A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídas no patrimônio líquido:

	2015	2014
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	2.249	1.873
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(872)	(749)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.377	1.124

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

c) Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2015

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de valor justo		
Taxa 113,10% CDI	200.000	224.220
Taxa 113,35% CDI	115.000	140.679
Total	315.000	384.899
Posição passiva - hedge de valor justo		
Taxa pré	315.000	391.587
Total	315.000	391.587
Descrição		
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,95% CDI	92	144
Taxa 102,40% CDI	4.000	4.750
Taxa 104,00% CDI	24.926	29.568
Taxa 105,00% CDI	21.789	24.207
Taxa 105,20% CDI	26.453	29.218
Taxa 107,50% CDI	13.000	14.348
Taxa 108,00% CDI	140.000	141.091
Taxa 110,00% CDI	36.776	41.077
Taxa 115,00% CDI	17.880	20.981
Total	284.916	305.384
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	284.916	301.269
Total	284.916	301.269

22. LIMITES OPERACIONAIS
 O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2015 é 17,88% (18,59% em 2014).

23. EVENTOS SUBSEQUENTES
 Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O Banco aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas da MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

DIRETORIA						CHEFE DE CONTABILIDADE	
CARLO ALBERTO SISTO Diretor-Presidente	HEBERSON GOES Diretor	PAULO MAXIMO FILHO Diretor	CARLA LUCIANA MATTEDI Diretoria	JUCIVALDO FEITOSA Diretor	ANDERSON LODOVICO CRC PR 045.454/O-6 CPF 004.082.939-18		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						CONTADORA	
VALENTINO RIZZIOLI Presidente	ODDONE INCISA Conselheiro	VILMAR FISTAROL Conselheiro	CARLO ALBERTO SISTO Conselheiro	FABRIZIO MILONE Conselheiro	BRETT DAVID DAVIS Conselheiro	CRISTINA SCATOLIN QUIRINO CRC PR-055.349/O-4 CPF 006.780.869-74	
COMITÊ DE AUDITORIA			COMITÊ DE REMUNERAÇÃO				
HEBERSON GOES Presidente	PAULO MAXIMO FILHO Membro	CARLA LUCIANA MATTEDI Membro	FABRIZIO MILONE Coordenador	HEBERSON GOES Membro	ANDREA CHUEIRI Membro		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. Curitiba - PR
 Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelas auditorias e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota explicativa nº 8).

Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva
 Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
 Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2015.

EY Building a better working world ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6	Rogério Xavier Magalhães Contador CRC-1MG080613/O-1	Ana Andréa Iten de Alcântara Contadora CRC-SC-025678/O-3-T-PR
--	--	--

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
 O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto por 03 membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da Auditoria Interna e Auditoria Independente.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

O componente organizacional da Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos garante adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES acompanham a edição de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a instituição.

O componente de Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades
 O Comitê de Auditoria foi constituído em março de 2015 e foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas de Finanças, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditoria Interna e Independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa. Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos e de capital, além de recomendações emitidas pelas Auditorias Interna e Independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos. Manteve diálogo com as equipes de Auditorias Interna e Independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente seus relatórios.

Conclusão
 Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:
 Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;
 A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;
 A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
 As demonstrações contábeis de 30/06/2015 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por essas razões o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Curitiba, 14 de agosto de 2015.
Comitê de Auditoria